

Depois da farra, o freio

Samanta Sallum e
Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

O desgaste causado pelas denúncias de envolvimento com grilagem de terras obrigou o governador reeleito Joaquim Roriz (PMDB) a repensar a política fundiária de seu governo. Algumas mudanças foram anunciadas. Uma delas pretende barrar uma velha prática da Câmara Legislativa do Distrito Federal: a aprovação de projetos que alteram a destinação de áreas públicas.

O governador quer suspender por quatro anos a iniciativa dos deputados distritais de transformar, por exemplo, uma área destinada à escola em posto de gasolina, o que beneficia interesses empresariais. O festival de leis aprovadas nos últimos dois anos, que permitiam esse tipo de modificação, foi alvo de escândalo na Câmara Legislativa no início do ano. Parlamentares foram acusados de receber propina para aprovar tais projetos.

Na tentativa de passar a imagem de moralização no uso terra pública, Roriz mandará na próxima semana projeto de lei à Câmara Legislativa que impede as alterações de destinação de área. O mesmo projeto também suspende a regularização de novos condomínios no Distrito Federal. No entanto, as medidas do governador não convencem setores que sempre lhe cobraram mais rigor com a política fundiária na capital.

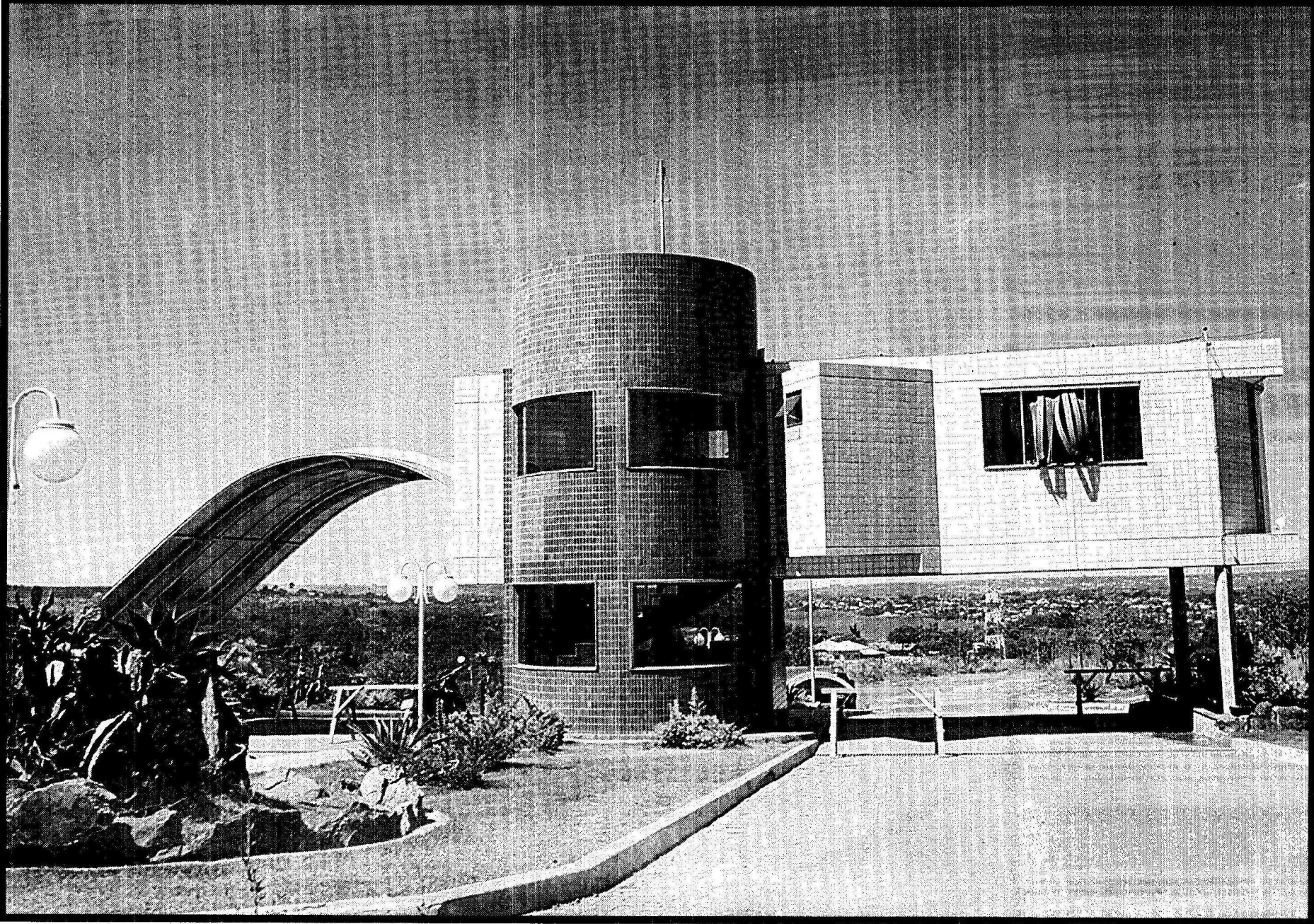
“A nova postura do governador é contraditória, porque ele sempre sancionou a maioria dos projetos aprovados na Câmara que eram do seu interesse, mesmo os que mudavam a destinação de áreas”, aponta Tania Battella, da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Na estratégia para se afastar das denúncias de má gestão do patrimônio público, Joaquim Roriz também anunciou que vai extinguir a Secretaria de Assuntos Fundiários. Pretende centralizar toda a política fundiária na Terracap, segundo anunciou aos colaboradores do seu governo durante reunião na residência oficial de Águas Claras, na manhã de quarta-feira.

“Essa decisão de extinguir a Secretaria de Assuntos Fundiários e não permitir mais condomínios é uma confissão de culpa. Roriz está assumindo a participação em todo o processo que gerou o grande número de condomínios irregulares. Não permitir condomínio já era obrigação dele desde que assumiu o cargo de governador”, critica Tânia Batella.

Os deputados de oposição disseram que ainda vão analisar a proposta, mas não mostraram resistência ao projeto do governador. “Realmente, é necessária uma dura medida como essa

Ricardo Borba 9.8.02



O HOLLYWOOD É UM DOS CONDOMÍNIOS QUE ESTÁ DENTRO DA ÁREA DA TERRACAP, NO BAIRRO DE TAQUARI: LICITAÇÃO PARA VENDER OS LOTES, COM PREFERÊNCIA PARA OS MORADORES

Festival de projetos irregulares

A alteração do destino original de várias áreas para a instalação de postos de gasolina foi alvo de graves denúncias na Câmara Legislativa. O negócio funcionava da seguinte maneira: em vez de comprar o terreno para construir o posto pelo valor de mercado nas lici-

tações da Terracap, o interessado adquiria um outro lote qualquer e depois alterava o uso por lei, com ajuda dos deputados distritais. Somente no primeiro semestre de 2001, foram apresentados 18 projetos de mudança de destinação de área. Com tais leis, os terrenos eram supervalorizados.

O alvo de outra irregularidade envolvendo área pública foi o Projeto de Lei Complementar 1.550/2002. Ele autorizava os moradores da 715 Sul a avançar o terreno de suas ca-

sas em um metro na área pública para construção de garagens. Mesmo não sendo lido em plenário, como provam as notas taquigráficas, a Assessoria de Plenário mandou a proposta em abril do ano passado para publicação no Diário Oficial da Câmara Legislativa (DOCL), como se tivesse sido aprovada.

Outras e mais graves falhas apareceram. Quatro projetos que tratavam de regularização de condomínios apresentaram fraudes. Documentos

foram falsificados e emendas incluídas fora do prazo regimental.

As sessões que foram alvo das denúncias foram as dos dias 6 e 13 de dezembro de 2001, quando foram votados dois pacotes de projetos para regularização de condomínios. O presidente da Câmara chegou a anunciar a anulação das sessões. Mas ele e os deputados voltaram atrás. Decidiram apenas anular as emendas irregulares identificadas pelas denúncias.

MEMÓRIA

SECRETARIADO

O governador reeleito Joaquim Roriz (PMDB) anunciará o nome dos novos secretários no dia 15 de dezembro. Segundo ele, a Secretaria de Assuntos Fundiários deve ser extinta. “Estamos avaliando tecnicamente e vou extingui-la se necessário. Mas antes, quero ter um encontro com o Ministério Público, com todos os órgãos que lidam com a terra, para saber se devo extingui-la ou subordiná-la à Terracap”, afirmou em encontro com evangélicos, na Churrascaria do Lago, na manhã de ontem.

para terminar a bandalheira. Minha tendência é votar favorável ao projeto. Mas somente isso não basta. É preciso investigar e punir todos aqueles que se beneficiaram, na Câmara e também no governo, com as irregularidades envolvendo terras públicas”, disse o deputado Paulo Tadeu (PT).

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PMDB), mostrou-se disposto a colocar o projeto de Joaquim Roriz na pauta de votação. “Já está

na hora de acabar com esses projetos”, comentou o deputado.

LICITAÇÃO

Em relação aos condomínios que já têm o índice de ocupação aprovado pela Câmara Legislativa, eles ainda terão de passar por análise da Terracap para continuar em processo de regularização. Do pacote de 150 condomínios que esperam regularização, 119 já passaram pela Câmara. Foram aprovados de forma suspeita

no início do ano. O pacote de projetos dos condomínios foi alvo de denúncias de fraude. Emendas foram incluídas de forma irregular na tentativa de regularizar áreas, sem discussão em plenário.

A Terracap informou que os lotes localizados em condomínios que estão em área pública terão de ser licitados. Mas que os atuais ocupantes terão preferência de compra. Novos condomínios, no entanto, estarão barrados pelo projeto de lei que Roriz pretende

mandar à Câmara Legislativa.

O novo bairro do Taquari está entre os primeiros a serem legalizados pela Terracap. O local, alvo de grilagem, engloba a área onde está hoje o condomínio Hollywood. Dos 3.123 lotes do Taquari, 1.096 são ocupados pelo condomínio.

“A Justiça deu ganho de causa à Terracap, que vai colocar à venda os lotes residenciais do Taquari. Essa será a grande opção de moradia da classe média. Depois do Taquari consolidado, vamos pro-

curar viabilizar o Setor Noroeste, que será a última grande área de expansão urbana dentro do projeto de Brasília”, explicou Eri Varela, presidente da Terracap.

Eri Varela prefere não confirmar se vai permanecer no cargo no próximo governo Roriz. Mas ele garante que, se sair da empresa, a deixará em ótimas condições. A Terracap fechará o ano com R\$ 210 milhões recolhidos em licitação. Esse é o maior valor de vendas da empresa dos últimos sete anos.

Taxa de varanda é mantida

Se depender dos deputados distritais, os moradores de prédios com varanda vão continuar pagando a taxa cobrada sobre uso do espaço aéreo no Distrito Federal. Na última quarta-feira, os deputados mantiveram o veto do governador Joaquim Roriz a projeto do deputado José Edmar (PMDB), que extinguiu o tributo, instituído pela Lei Complementar 388/01 e regulamentada pelo Decreto 22.243/01.

Em outra linha de ação, os mesmos deputados derrubaram seis vetos de Roriz a seis projetos que mudam a destinação, a edificação e as normas de gabarito de algumas áreas do DF. É justamente o tipo de atuação que o governador quer evitar com a mensagem a ser enviada para a

Câmara na próxima semana. Enquanto ela não chega, o deputado Paulo Tadeu (PT) promete entrar na Justiça para anular a decisão dos seus colegas. “Esse veto foi votado em bloco, num descumprimento claro ao Regimento Interno e à Lei Orgânica”, acusou o deputado.

AÇÃO NA JUSTIÇA

Outro assunto que vai parar na Justiça é a cobrança das taxas sobre as varandas. O Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) considera ilegal o tributo e promete concluir nos próximos dias uma ação civil pública para derrubar a legislação que instituiu a cobrança. Desde o ano passado, a taxa é aplicada sobre os prédios que

têm varandas construídas fora da área de projeção do edifício e, por isso, são consideradas invasão de área pública.

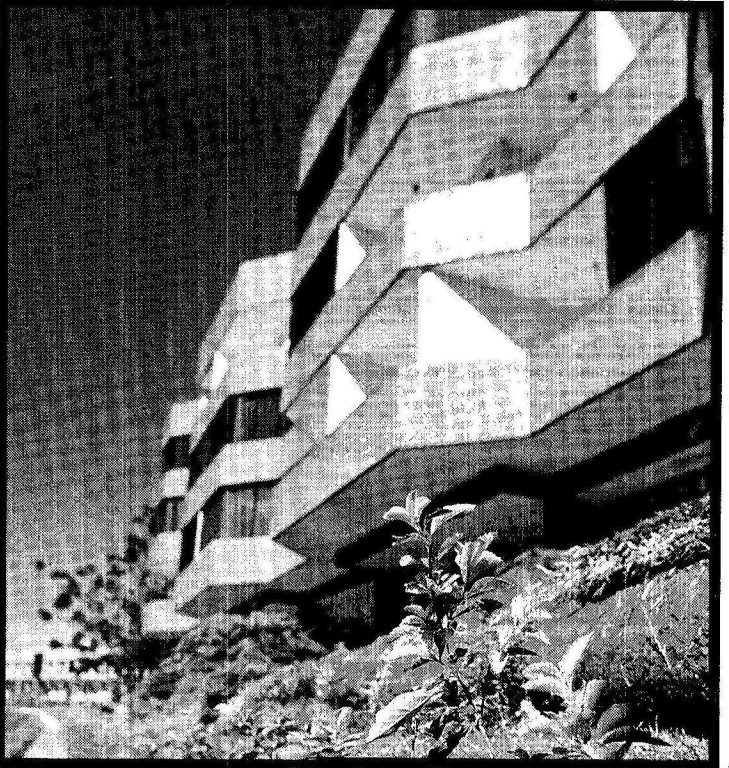
Rubim Lemos, promotor da Ordem Tributária do MPDF, já preparava uma ação civil pública quando o projeto que pretendia suspender a cobrança começou a tramitar na Câmara. “Estava esperando o desfecho do projeto. Agora vou concluir a ação e dar entrada na Justiça”, prometeu Rubim, que considera a taxa inconstitucional.

Ele explica que, no caso das varandas, seria necessário um contrato de cartório fechado entre a administração e o morador para existir alguma cobrança. Mas o documento não existe. “Outra irregularidade é que a ta-

xa está sendo cobrada como multa por invasão de espaço público. E o tributo não pode ser usado como punição”, argumenta o promotor.

O Setor Sudoeste, no Cruzeiro, é o local mais lucrativo para o governo por conta do elevado número de prédios com varandas. Eneida Carbonell, presidente do Conselho Comunitário do Setor Sudoeste, diz que, além de esperar os resultados da ação do Ministério Público, pretende articular prefeitos de quadra para uma reunião com os deputados que assumem a próxima legislatura. “Depois disso, a intenção é levar uma proposta diretamente ao governador”, diz Eneida, que mora num prédio onde a taxa de varanda é de R\$ 600 por ano. (T.R.)

Antonio Siqueira 7.6.01



NO SETOR SUDOESTE, É GRANDE O NÚMERO DE APARTAMENTOS COM VARANDA